

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2019



DECLARAÇÃO DO CONTADOR

A Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos (CGCONT) foi criada pelo Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, que definiu a composição da Secretaria-Geral (recriada pela Medida Provisória nº 768-2017). Esta coordenação compõe estrutura da Secretaria Especial de Administração da Secretaria Geral da Presidência da República, que exerce a função de órgão setorial dos Sistemas de Contabilidade Federal do Governo Federal.

Criada a partir da antiga Coordenação de Auditoria e Contabilidade da Secretaria de Governo, foi concebida para atender as necessidades de segregação de funções e para dar maior autonomia no desempenho de suas funções estabelecidas no art. 29 da Portaria SGPR nº 7/2018 (Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República).

O escopo desta declaração considera as Demonstrações Contábeis ora apresentadas que se limitam à execução da Presidência da República como Órgão não superior, considerando apenas Administração Direta, que compreende a Casa Civil (CC/PR), a Secretaria de Governo (SEGOV), a Secretaria-Geral (SGPR), o Gabinete Pessoal do Presidente da República (GP/PR), o Gabinete de Segurança Institucional (GSI/PR) e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD).

As Demonstrações Contábeis a seguir apresentadas são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Variações Patrimoniais, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro e a Demonstração de Fluxo de Caixa; e foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual SIAFI e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição (MACSP).

No exercício de 2018, foram decretadas Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 9.288/2018) e Intervenção Federal no Estado de Roraima (Decreto nº 9.288/2018), ambas até 31 de dezembro de 2018 e subordinadas ao Presidente da República, integrando, portanto, a estrutura da Presidência da República – Administração Direta (PR).

Considerando a finalidade das demonstrações contábeis de proporcionar informação que seja útil para avaliação e tomada de decisões sobre a alocação de recurso, conforme disposto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; buscando manter as características qualitativas da informação contábil, sobretudo quanto à relevância e à comparabilidade, exigidas pela NBC TSP Estrutura Conceitual; optou-se por excluir das demonstrações contábeis as informações da execução das unidades Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e Intervenção Federal no Estado de Roraima, por estas unidades terem sido criadas em caráter temporário e não atenderem ao princípio da continuidade.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela CGCONT, de acordo com as normas vigentes e procedimentos estabelecidos no Manual SIAFI, visando assegurar as características qualitativas das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), tais como a relevância, a fidedignidade e a comparabilidade, tendo apresentados as seguintes ressalvas:

Ressalvas:

- a) **Depreciação Acumulada – Bens Móveis:** Com a implantação do Sistema SIADS foi realizada a baixa de parte do saldo da conta Depreciação Acumulada – Bens Móveis em contrapartida da conta de Ajustes de Exercícios Anteriores. Dessa forma, a Depreciação Acumulada – Bens Móveis se encontra com o saldo subestimado. Este procedimento está em questionamento junto à

Secretaria do Tesouro Nacional para posterior regularização.

- b) **Termo de Execução Descentralizada (TED):** A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Mensagem SIAFI nº 2019/0204238, de 30 de janeiro de 2019, alterou a rotina na contabilização da rotina dos Termos de Execução Descentralizada (TED). Com isso, as contas Adiantamento - Termo Execução Descentralizada - TED e Transferências Financeiras a Comprovar - TED apresentam saldos relativos a Termos Execução Descentralizada – TED, cuja vigência encontra-se expirada, dos quais não se tem comprovação da execução e/ou devolução dos saldos não utilizados pela unidade recebedora, conforme orienta a Macrofunção SIAFI 020307 – Transferências Voluntárias. A nota explicativa 02 detalha as unidades gestoras que possuem Termos de Execução Descentralizada com as vigências expiradas.

DECLARAÇÃO

Considerando os aspectos supracitados, **DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis** (Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas), regidas pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MACSP), **relativas ao exercício de 2019, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Presidência da República, EXCETO no que tange às ressalvas apresentadas.**

Brasília, 31 de março de 2020.

Cleomara Strzelecki

CRC nº 061863/O-0

Contadora Geral da Presidência da República

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

Em Mil

Ativo	NE	2019	2018
Ativo Circulante		35.727.567	23.832.840
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	35.549.638	23.823.347
Créditos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		174.126	5.368
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada - TED	02	111.727	-
Outros Créditos e Valores a Curto Prazo		62.400	5.368
Estoques		3.803	4.125
Ativo Não Circulante		643.592	597.245
Ativo Realizável a Longo Prazo		7	7
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		7	7
Imobilizado	03	630.089	586.032
Bens Móveis		168.321	124.738
Bens Imóveis		461.768	461.294
Intangível		13.496	11.206
Softwares		13.187	11.206
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		309	-
Total do Ativo		36.371.159	24.430.085
Passivo e Patrimônio Líquido	NE	2019	2018
Passivo Circulante		145.229	63.083
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	04	60.257	54.840
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		1.254	949
Demais Obrigações a Curto Prazo		83.718	7.294
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	02	70.997	-
Outros Obrigações a Curto Prazo		12.720	7.294
Total do Passivo		145.229	63.083
Patrimônio Líquido		36.225.930	24.367.002
Resultados Acumulados		36.225.930	24.367.002
Resultado do Exercício	05	11.806.825	10.084.197
Resultados de Exercícios Anteriores		24.367.089	14.283.765
Ajustes de Exercícios Anteriores	06	52.016	-960
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		36.371.159	24.430.085

Fonte: SIAFI

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n. 4.320/1964)

Em Mil

Ativo	2019	2018
Especificação	36.371.159	24.430.085
Ativo Financeiro	35.549.638	23.823.356
Ativo Permanente	821.521	606.729
Passivo	2019	2018
Especificação	419.923	432.286
Passivo Financeiro	329.506	422.137
Passivo Financeiro	90.417	10.149
Saldo Patrimonial	35.951.236	23.997.800

Fonte: SIAFI

Quadro das Contas de Compensação (Lei n. 4.320/1964)

Especificação	Em Mil	
	2019	2018
Atos Potenciais Ativos	43.995	37.217
Execução dos Atos Potenciais Ativos	43.995	37.217
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	33.461	32.365
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	10.535	4.852
Atos Potenciais Passivos	161.354	537.735
Execução dos Atos Potenciais Passivos	161.354	537.735
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	57.161	49.130
Obrigações Contratuais a Executar	104.193	488.605

Fonte: SIAFI

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei n. 4.320/1964)

Destinação de recursos	Em Mil
	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários	-221.472
Recursos Vinculados	35.441.604
Seguridade Social (Exceto Previdência)	39
Previdência Social (RPPS)	981
Receitas Financeiras	-715
Alienação de Bens e Direitos	198
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	35.441.101
Total	35.220.132

Fonte: SIAFI.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Em Mil			
Especificação	NE	2019	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas	07	26.828.800	33.500.236
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		800.389	1.147.293
Venda de Produtos		799.673	1.133.571
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		716	13.721
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		2.479.213	1.601.101
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		2.479.202	1.601.100
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		11	0
Transferências e Delegações Recebidas	08	23.311.103	29.024.228
Transferências Intragovernamentais		23.299.364	28.901.835
Outras Transferências e Delegações Recebidas		11.739	122.392
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		235.705	1.705.710
Reavaliação de Ativos		9.839	1.686.599
Ganhos com Alienação e Incorporação de Ativos		208.151	19.090
Ganhos com Desincorporação de Passivos		17.715	21
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.390	21.904
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	17.647
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.390	4.257
Variações Patrimoniais Diminutivas		15.021.976	23.416.038
Pessoal e Encargos	09	595.906	550.459
Remuneração a Pessoal		419.470	355.974
Encargos Patronais		63.207	59.543
Benefícios a Pessoal		26.970	27.137
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos.		86.259	107.805
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		237.304	239.184
Aposentadorias e Reformas		203.953	207.787
Pensões		33.137	31.211
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		213	187
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		475.723	617.347
Uso de Material de Consumo		10.700	11.238
Serviços		427.771	585.689
Depreciação, Amortização e Exaustão		37.253	20.420
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		73	46
Variações Monetárias e Cambiais		70	45
Descontos Financeiros Concedidos		2	0
Transferências e Delegações Concedidas	08	13.541.277	20.275.765
Transferências Intragovernamentais		13.519.092	20.235.602
Transferências Intergovernamentais		580	1.698
Transferências ao Exterior		189	327
Outras Transferências e Delegações Concedidas		21.416	38.138
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		159.666	1.727.739
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas		820	1.705.914
Perdas com Alienação e Perdas Involuntárias		586	3.037
Incorporação de Passivos		89.372	638
Desincorporação de Ativos		68.888	18.151
Tributárias		245	286
Impostos, Taxas e Contribuições		245	286
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		11.782	5.212
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		11.782	5.212
Resultado Patrimonial do Período	05	11.806.825	10.084.197

Fonte: SIAFI.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em Mil

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes	10	11.262.798	11.262.798	3.222.892	-8.039.906
Receita Patrimonial		11.005.143	11.005.143	2.423.207	-8.581.936
Valores Mobiliários		1.261.142	1.261.142	2.423.207	1.162.065
Exploração de Recursos Naturais		9.744.001	9.744.001	-	-9.744.001
Receita Industrial		257.655	257.655	799.673	542.018
Outras Receitas Correntes		-	-	12	12
Demais Receitas Correntes		-	-	12	12
Receitas De Capital		116	116	-	-116
Alienação de Bens		116	116	-	-116
Alienação de Bens Móveis		116	116	-	-116
Total das Receitas (I)		11.262.915	11.262.915	3.222.892	-8.040.022

Fonte: SIAFI.

Em Mil

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes	11	1.242.739	1.405.339	1.285.596	1.084.195	1.030.114	119.742
Pessoal e Encargos Sociais		822.402	852.484	799.151	782.383	730.650	53.332
Outras Despesas Correntes		420.337	552.855	486.445	301.811	299.464	66.410
Despesas de Capital	11	11.314.603	11.363.010	35.693	4.997	4.995	11.327.317
Investimentos		52.305	41.111	35.693	4.997	4.995	5.419
Inversões Financeiras		11.262.298	11.321.898	-	-	-	11.321.898
Total das Despesas (II)		12.557.343	12.768.349	1.321.289	1.089.192	1.035.109	11.447.060
Resultado Orçamentário (III = I – II)			SUPERÁVIT	1.901.603			-1.901.603
Total		12.557.343	12.768.349	3.222.892	1.089.192	1.035.109	9.545.457

Fonte: SIAFI

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Em Mil

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
Despesas Correntes		94.979	234.014	191.701	191.701	96.885	40.407
Pessoal e Encargos Sociais		17.760	17.911	11.858	11.858	20.506	3.307
Outras Despesas Correntes		77.220	216.103	179.843	179.843	76.379	37.101
Despesas de Capital		418	31.592	29.274	29.274	546	2.190
Investimentos		418	31.592	29.274	29.274	546	2.190
Total	12	95.397	265.606	220.975	220.975	97.432	42.597

Fonte: SIAFI2018.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Em Mil

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
Despesas Correntes		1.324	50.283	50.274	738	595
Pessoal e Encargos Sociais		647	47.694	47.686	655	-
Outras Despesas Correntes		678	2.588	2.588	83	595
Despesas de Capital		-	2	2	-	-
Investimentos		-	2	2	-	-
Total	12	1.324	50.285	50.276	738	595

Fonte: SIAFI

BALANÇO FINANCEIRO

Especificação	NE	Em Mil	
		2019	2018
Ingressos		26.810.439	31.985.310
Receitas Orçamentárias		3.222.892	2.747.974
Vinculadas		3.222.892	2.749.508
Seguridade Social (Exceto Previdência)		12	-
Alienação de Bens e Direitos		-	1.736
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		3.222.880	2.180.986
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	566.786
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-1.534
Transferências Financeiras Recebidas	08	23.296.793	28.901.662
Resultantes da Execução Orçamentária		22.256.242	27.742.723
Independentes da Execução Orçamentária		1.040.550	1.158.940
Recebimentos Extraorçamentários		290.755	335.673
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		54.083	50.285
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		232.097	271.119
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.680	9.520
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.895	4.750
Saldo do Exercício Anterior		23.823.347	13.784.177
Caixa e Equivalentes de Caixa		23.823.347	13.784.177
Total (Ingressos + Saldo Exercício Anterior)		50.633.786	45.769.487
Dispêndios		15.084.149	21.946.140
Despesas Orçamentárias		1.321.289	1.376.865
Ordinárias		1.061.593	1.232.494
Vinculadas		259.696	144.372
Seguridade Social (Exceto Previdência)		193.377	25.664
Previdência Social (RPPS)		64.102	96.298
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.350	18.667
Demais Despesas Orçamentárias Vinculadas		866	3.742
Transferências Financeiras Concedidas	08	13.486.906	20.234.273
Resultantes da Execução Orçamentária		11.768.467	18.129.111
Independentes da Execução Orçamentária		1.718.439	2.105.163
Despesas Extraorçamentárias		275.954	335.001
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		50.276	7.257
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		220.975	316.924
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.012	9.491
Outros Pagamentos Extraorçamentários		2.691	1.328
Saldo para o Exercício Seguinte		35.549.638	23.823.347
Caixa e Equivalentes de Caixa		35.549.638	23.823.347
Total (Dispêndios + Saldo Exercício Seguinte)		50.633.786	45.769.487

Fonte: SIAFI

Resultado Financeiro do Exercício

Especificação	NE	Em Mil	
		2019	2018
Ingressos		26.810.439	31.985.310
Dispêndios		15.084.149	21.946.140
Resultado Financeiro do Exercício		11.726.290	10.039.170

Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Especificação	NE	Em Mil	
		2019	2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		11.760.444	10.065.406
Ingressos		26.524.234	31.663.675
Receitas Derivadas e Originárias		3.222.892	2.747.772
Receita Industrial		799.673	1.133.571
Remuneração das Disponibilidades		2.423.207	1.601.100
Outras Receitas Derivadas e Originárias		12	13.100
Outros Ingressos das Operações		23.301.342	28.915.903
Ingressos Extraorçamentários		1.680	9.520
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		38	21
Transferências Financeiras Recebidas		23.296.793	28.901.662
Arrecadação de Outra Unidade		2.832	4.699
Demais Recebimentos		-	-
Desembolsos		-14.763.790	-21.598.268
Pessoal e Demais Despesas		-1.186.273	-1.258.556
Administração		-542.824	-694.720
Segurança Pública		-372.830	-292.420
Previdência Social		-257.287	-236.746
Demais Despesas		-13.332	-34.670
Transferências Concedidas		-85.908	-94.620
Intergovernamentais		-580	-1.698
Intragovernamentais		-85.140	-92.596
Outras Transferências Concedidas		-188	-327
Outros Desembolsos das Operações		-13.491.609	-20.245.093
Dispêndios Extraorçamentários		-2.012	-9.491
Transferências Financeiras Concedidas		-13.486.906	-20.234.273
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		-2.691	-1.328
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		-34.154	-26.237
Ingressos		-	202
Alienação de Bens		-	202
Desembolsos		-34.154	-26.439
Aquisição de Ativo Não Circulante		-27.112	-17.815
Outros Desembolsos de Investimentos		-7.042	-8.624
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa		11.726.290	10.039.170
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		23.823.347	13.784.177
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		35.549.638	23.823.347

Fonte: SIAFI

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 8ª edição) e o Manual SIAFI.

As DCON foram elaboradas a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como objeto as informações do órgão não superior 20101 – Presidência da República, desconsiderando os valores relativos as unidades gestoras executoras das intervenções federais nos estados do Rio de Janeiro e de Roraima.

Nestas demonstrações contábeis não foram utilizados os critérios de compensações e consolidação, considerando que no SIAFI este mecanismo está disponibilizado apenas no nível do Balanço Geral da União. Entretanto essas demonstrações contábeis representam o agregado dos saldos de todas as unidades administrativas, exceto àquelas relativas à Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e à Intervenção Federal no Estado de Roraima.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e,
- VI. Notas Explicativas.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, considerando as opções e premissas vigentes nas normas aplicadas à contabilidade do setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo – Compreende valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferência e empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações. Os valores são mensurados e avaliados pelo

valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Demais créditos e valores a curto prazo – Compreende valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo, tais como: adiantamentos concedidos, tributos a recuperar/compensar, créditos a receber decorrentes da descentralização de serviços públicos e créditos por dano ao patrimônio público.

Estoques – Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades, tais como: as mercadorias para revenda e doação, almoxarifado, importações em andamento e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de

valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Ativo realizável a longo prazo - Compreende bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado, conforme art. 106 da Lei 4.320/64.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos circulantes e não circulantes - As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), o passivo circulante e não circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Fornecedores e contas a pagar a curto prazo – Compreende valores referentes a obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas

atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo – Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios os quais o empregado ou servidor tenha direito: aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. São reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União, relacionados com aposentadoria e assistência médica, são também reconhecidos pelo regime de competência.

Demais Obrigações a Curto Prazo – Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos demais subgrupos do passivo circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartição a outros entes e provisões), tais como: adiantamento de clientes, valores restituíveis, créditos a comprovar decorrentes do termo de descentralização (TED) e outros valores decorrentes de obrigações junto a entidades federais não pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS), não abarcados por contas específicas.

Ativos e Passivos Contingentes – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- **Resultado Patrimonial** na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas. Se o resultado for positivo, teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário, será Déficit Patrimonial.
- **No Balanço Orçamentário** é apurado o Resultado Orçamentário. O valor da coluna Receitas Realizadas, menos a Despesa Empenhada, se o resultado for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.
- **No Balanço Financeiro** ou na **Demonstração do Fluxo de Caixa** é apurado o Resultado Financeiro, confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa, menos o Saldo Anterior. Se for positivo haverá um Superávit Financeiro; caso contrário, um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este, se superavitário, é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa representa o montante de recursos disponíveis, sem restrições para uso imediato, para aplicação nas operações da Presidência da República. Do total, 99,7% refere-se aos recursos do Fundo Social.

Caixa e Equivalentes de Caixa	2019	AV (%)	2018	Em Mil
				AH (%)
Fundo Social	35.440.976	99,7%	23.716.341	49,4%
Demais Unidades	108.661	0,3%	107.006	1,5%
Total	35.549.638		23.823.347	49,2%

Fonte: SIAFI

Desconsiderando o valor do Fundo Social, o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa das demais unidades em 2019 restringiu-se ao valor dos recursos liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional, isto é, ao Limite de Saque da Conta Única do Tesouro para atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social – OFSS.

Conta Contábil	2019	AV (%)	2018	Em Mil
				AH (%)
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	108.661	100,0%	106.695	1,8%
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS	57.407	52,8%	64.500	-11,0%
Ordem Pagamento - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS	51.255	47,2%	42.195	21,5%
Demais contas - Caixa Econômica Federal	0	0,0%	311	-100,0%
Total	108.661	100,0%	107.006	1,5%

Fonte: SIAFI

O montante relativo à Ordem de Pagamento - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS referem-se a folha de pagamento de dezembro/2018 que foi paga em janeiro/2019. Isso ocorreu apenas em 2018, devido a problemas técnicos decorrentes da alteração da rotina de pagamento por Ordem Bancárias.

NOTA 02 – TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)

Em janeiro/2019, a Coordenação-Geral de Contabilidade da União – CCONT/STN informou, por meio da Mensagem SIAFI nº 2019/0204238, de 30/01/19, a alteração da rotina de contabilização do Termo de Execução Descentralizada - TED a partir do exercício de 2019.

Nesta nova rotina, quando houver recursos pendentes de comprovação, a UG descentralizadora irá apropriar o direito na conta 11382.38.00 - Adiantamento – Termo Execução Descentralizada e a UG recebedora registrará a obrigação na conta 21892.06.00 – Transferências Financeiras a Comprovar - TED.

Ativo: Adiantamento – Termo Execução Descentralizada (TED)

Unidade Gestora Executora	Valor Apropriado (a)	Vigência Expirada (b)	Em Mil
			(%) (c) = b/a
110001 - Secretaria Especial de Administração/PR	44.408	357	0,8%
110120 - Agência Brasileira de Inteligência	5.711		0,0%
110319 - Secretaria de Comunicação Social/PR	28.477	26.221	92,1%
110322 - Gabinete de Segurança Institucional/PR	9.675	875	9,0%
110352 - Secretaria Especial de Articulação Social	23.456	23.456	100,0%
Total	111.727	50.908	45,6%

Fonte: SIAFI

Passivo: Transferências Financeiras a Comprovar (TED)

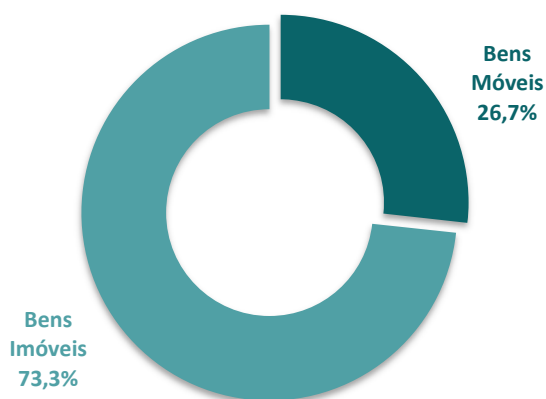
Unidade Gestora Executora	Valor Apropriado (a)	Vigência Expirada (b)	Em Mil (%)
			(c) = b/a
110001 - Secretaria Especial de Administração/PR	1.619	1.619	100,0%
110120 - Agência Brasileira de Inteligência	738	528	71,6%
110319 - Secretaria de Comunicação Social/PR	68.641	61.439	89,5%
Total	70.997	63.585	89,6%

Fonte: SIAFI

NOTA 03 – IMOBILIZADO

O imobilizado refere-se aos bens tangíveis destinados à manutenção ou exercício da finalidade da Presidência da República e se divide em bens móveis e bens imóveis.

Os montantes apresentados no balanço patrimonial são valores líquidos (valor contábil), nos quais foi descontada a depreciação acumulada até o encerramento do exercício de 2019.



A maior parte do imobilizado corresponde a Bens Imóveis (73,3%), cujo valor permaneceu praticamente inalterado entre 2018 e 2019.

Imobilizado	2019	2018	Em Mil AH (%)
Bens Móveis	168.321	124.738	34,9%
12311.00.00 - Bens Móveis - Consolidação	225.207	205.010	9,9%
12381.01.00 - Depreciação Acumulada - Bens Móveis	-56.886	-80.272	-29,1%
Bens Imóveis	461.768	461.294	0,1%
12321.00.00 - Bens Imóveis - Consolidação	465.456	463.726	0,4%
12381.02.00 - Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	-3.688	-2.433	51,6%
Total Imobilizado	630.089	586.032	7,5%

Fonte: SIAFI

Bens Móveis

Detalhamento	2019	AV (%)	2018	Em Mil AH (%)
Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação	58.637	34,8%	32.832	78,6%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	24.133	14,3%	23.862	1,1%
Mobiliário em Geral	23.339	13,9%	13.974	67,0%
Veículos de Tração Mecânica	17.685	10,5%	17.755	-0,4%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	9.768	5,8%	7.534	29,7%
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	7.188	4,3%	9.154	-21,5%
Bens Não Localizados	3.711	2,2%	0	
Máquinas e Equipamentos Energéticos	3.648	2,2%	2.933	24,4%
Obras de Arte e Peças para Exposição	3.071	1,8%	830	269,9%
Demais Bens Móveis	17.141	10,2%	15.865	8,0%
Total	168.321		124.738	34,9%

Fonte: SIAFI

As contas Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, Mobiliário em Geral e Veículos de Tração Mecânica representam 73,5% do valor contábil dos Bens Móveis.

Destas contas, destacam-se Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação e Mobiliário em Geral cujas variações (78,6% e 67,0%, respectivamente) foram ocasionadas principalmente pela execução das Unidades Gestoras Executoras 110001 - Secretaria Especial de Administração/PR e das Unidades Gestoras Executoras 110120 - Agência Brasileira de Inteligência.

As variações na Agência Brasileira de Inteligência ocorreram em decorrência de demandas represadas em anos anteriores que puderam ser atendidas em 2019, como substituição de cadeiras antigas por cadeiras com ergonomia para uso dos servidores e aquisição de soluções e equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação para atender iniciativas nos segmentos de criptografia, *analytics*, infraestrutura de rede/comunicações e atendimento de usuários finais.

Na Unidade Gestora Executora 110001 - Secretaria Especial de Administração/PR, a variação de Bens Móveis foi influenciada principalmente pela baixa do valor da depreciação decorrente de lançamentos para implantação do Sistema SIADS.

A Presidência, diante do resultado do trabalho da Comissão de Inventário Anual, elaborou um plano de ação para regularização patrimonial cujas ações, em 2019, impactaram algumas contas de Bens Móveis, dentre as quais destacam-se “Bens Não Localizados” e “Obras de Arte e Peças para Exposição”.

O valor na conta “Bens Não Localizados” refere-se aos bens em processo de localização apontados pela Comissão de Inventário Anual da Presidência referente ao exercício de 2018. Já o aumento no valor de Obras de Arte e Peças para Exposição refere-se a presentes recebidos por Presidentes da República em exercícios anteriores incorporados ao patrimônio da Presidência da República.

Bens Imóveis

Detalhamento	Em Mil			
	2019	AV (%)	2018	AH (%)
Bens Imóveis a Classificar/ a Registrar	116.695	25,3%	116.695	0,0%
Museus/Palácios	109.782	23,8%	110.249	-0,4%
Edifícios	104.462	22,6%	99.593	4,9%
Armazéns/Galpões	44.743	9,7%	44.796	-0,1%
Imóveis Residenciais / Comerciais	40.915	8,9%	46.237	-11,5%
Estacionamentos e Garagens	19.322	4,2%	19.508	-1,0%
Complexos/Fábricas/Usinas	16.844	3,6%	16.844	0,0%
Salas	3.757	0,8%	3.178	18,2%
Instalações	2.531	0,5%	2.531	0,0%
Estudos e Projetos	1.155	0,3%	166	596,2%
Demais Bens Imóveis	1.562	0,3%	1.497	4,3%
Total	461.768		461.294	0,1%

Fonte: SIAFI

O valor da conta Bens Imóveis a Classificar/a Registrar refere-se à obra de reforma do Palácio do Planalto reconhecida em dezembro/2018, mas cujo registro ainda está em processamento. Juntamente com o valor de Museu e Palácios (que representa o valor do Palácio do Planalto, do Anexo do Palácio do Planalto e do Palácio da Alvorada), tem-se 49,0% do total de bens imóveis relacionado aos Palácios.

As variações nos valores de Edifícios, Imóveis Residenciais/Comerciais e Salas deve-se a reavaliação/desvalorização de imóveis e a devoluções de imóveis para a Secretaria de Secretaria de

Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU) do Ministério da Economia.

Quanto à Estudos e Projetos, o aumento refere-se à elaboração de anteprojeto, projeto básico e projeto executivo, destinados à implantação do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais (ProPR) e à elaboração do anteprojeto para construção de Galpão Multiuso.

NOTA 04 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

Detalhamento	Em Mil			
	2019	AV (%)	2018	AH (%)
Pessoal a Pagar	59.883	99,4%	54.723	9,4%
Salários, Remunerações e Benefícios	41.198	68,8%	44.602	-7,6%
Férias a Pagar	18.684	31,2%	10.121	84,6%
Encargos Sociais a Pagar	373	0,6%	114	225,6%
Contribuição a Entidades de Previdência Complementar	364	97,7%	106	243,7%
INSS - Contrib. Sobre Salários e Remunerações -Intra	9	2,3%	9	0,0%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais a Pagar	2	0,0%	3	-24,3%
Total	60.257		54.840	9,9%

Fonte: SIAFI

As principais alterações de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo, referem-se às variações de Pessoal a Pagar e Encargos Sociais a Pagar.

Pessoal a Pagar

A Presidência da República, reduziu o montante de Salários, Remunerações e Benefícios, embora tenha havido incremento da força de trabalho na Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. Em 2019, foram empossados 300 novos servidores, egressos do concurso público de 2018, expandindo o valor de Salários, Remunerações e Benefícios

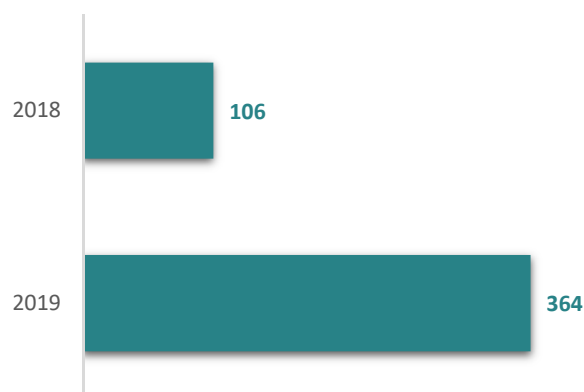
Essa expansão do quadro de servidores também impactou o montante de Férias a Pagar, pois muitos não puderam tirar férias no ano de 2019 por ainda não ter cumprido o período de aquisição como determina a lei.

Encargos Sociais a Pagar

O aumento de Encargos Sociais a Pagar foi influenciado principalmente pela expansão do quadro de servidores da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, que levou a um expressivo aumento no valor da conta Contribuição a Entidades de Previdência Complementar.

Com a legislação atual, os novos servidores vinculam-se ao FUNPRESP. Cabe destacar que do quadro oriundo de concursos anteriores à alteração previdenciária, poucos servidores optaram por migrar para o FUNPRESP o que gerava o valor anterior de contribuição a entidades de previdência complementar.

Contribuição a Entidades de Previdência Complementar



NOTA 05 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O resultado patrimonial é o saldo do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) e Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas). Em 2019, resultado patrimonial foi superavitário e 17,1% maior que o resultado de 2018.

	2019	2018	Variação	Em Mil AH (%)
Resultado Patrimonial	11.806.825	10.084.197	1.722.628	17,1%

Fonte: SIAFI

Este resultado se deve principalmente em função das variações patrimoniais decorrentes do Fundo Social que gerou um resultado 17,1% maior que o ano anterior.

	2019	AH (%)	2018	Em Mil AH (%)
Resultado Patrimonial	11.780.630	99,8%	10.063.127	17,1%
Fundo Social				
Transf. Financeiras referentes a Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	8.910.638	75,6%	7.895.241	12,9%
Transf. Financeiras referentes a Remuneração de Depósitos Bancários do Fundo Social	390.791	3,3%	566.786	-31,1%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	2.479.202	21,0%	1.601.100	54,8%
Demais Variações Patrimoniais	26.195	0,2%	21.070	24,3%
Resultado das Demais Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas	1.268.071	4841,0%	1.420.007	-10,7%
Resultado das Demais Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas	-1.241.876	-4741,0%	-1.398.937	-11,2%
Total	11.806.825	100,0%	10.084.197	17,1%

Fonte: SIAFI

NOTA 06 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A variação na conta Ajustes de Exercícios Anteriores refere-se principalmente à contrapartida da baixa do valor da depreciação decorrente de lançamentos para implantação do Sistema SIADS realizados na Unidade Gestora Executora 110001 - Secretaria Especial de Administração/PR.

NOTA 07 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	2019	AH (%)	2018	Em Mil AH (%)
Resultado Patrimonial				
Transferências e Delegações Recebidas	23.311.103	86,9%	29.024.228	-19,7%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.479.213	9,2%	1.601.101	54,8%
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos	800.389	3,0%	1.147.293	-30,2%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	235.705	0,9%	1.705.710	-86,2%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.390	0,0%	21.904	-89,1%
Total	26.828.800	100,0%	33.500.236	-19,9%

Fonte: SIAFI

Além das Transferências e Delegações Recebidas (Nota 08), destacam-se as Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras e Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Em Mil			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2019	2018	AH (%)
Remuneração de Aplicações Financeiras (Fundo Social)	2.479.202	1.601.100	54,8%

Fonte: SIAFI

As variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras referem-se quase integralmente à remuneração de aplicações financeiras relativas aos Fundo Social.

Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

Em Mil			
Resultado Patrimonial	2019	2018	AH (%)
Venda Bruta de Produtos	799.673	1.133.571	-29,5%
Receita Comercialização Petróleo - Fundo Social	799.673	1.133.571	-29,5%
Valor Bruto Exploração de Bens, Direitos e Serviços	716	13.721	-94,8%
Receita de Serviços - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	0	13.100	-100,0%
Outras Receitas de Exploração de Bens Direitos e Serviços	716	621	15,3%
Total	800.389	1.147.293	-30,2%

Fonte: SIAFI

A Variação Patrimonial de Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos decorre principalmente da Receita de Comercialização de Petróleo do Fundo Social.

NOTA 08 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS E CONCEDIDAS

A categoria mais relevante de Transferências e Delegações é a das Transferências Intragovernamentais. Nela estão compreendidas as transferências recebidas e concedidas para execução orçamentária, bem como as transferências recebidas e concedidas independente da execução orçamentária.

Em Mil				
Variação Patrimonial Aumentativa	2019	AV	2018	AH
Transferências e Delegações Recebidas	23.311.103	100,0%	29.024.228	-19,7%
Para Execução Orçamentária	22.256.242	95,5%	27.742.723	-19,8%
Independente da Execução Orçamentária	1.043.122	4,5%	1.159.113	-10,0%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	11.739	0,1%	122.392	-90,4%

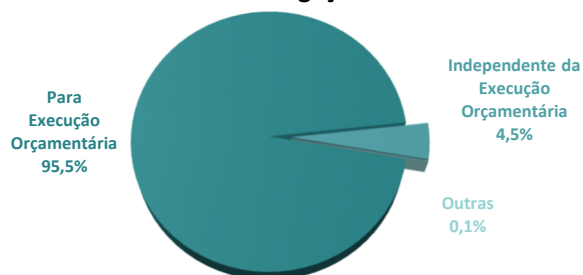
Fonte: SIAFI

Em Mil				
Variação Patrimonial Diminutiva	2019	AV	2018	AH
Transferências e Delegações Concedidas	13.541.277	100,0%	20.275.765	-33,2%
Para Execução Orçamentária	11.768.467	86,9%	18.129.111	-35,1%
Independente da Execução Orçamentária	1.750.625	12,9%	2.106.491	-16,9%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	22.184	0,2%	40.163	-44,8%

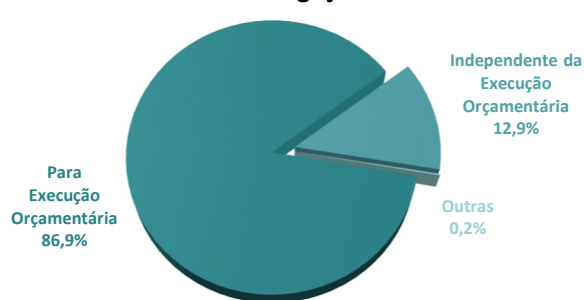
Fonte: SIAFI

Tanto nas transferências recebidas quando nas concedidas, predominam aquelas decorrentes da Execução orçamentária.

Transferência e Delegações Recebidas



Transferência e Delegações Concedidas



Transferências Intragovernamentais – Fundo Social

As Transferências Financeiras para Execução Orçamentária referem-se à parte do Fundo Social - FS da constituída por *royalties* da produção de petróleo, conforme previsto no art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Por não ser o ente arrecadador, este montante é transferido por meio de cota pela Secretaria do Tesouro Nacional para a Unidade Setorial Orçamentária da Presidência da República que, sub-repassa, para o Fundo Social.

	Em Mil	
Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas	2019	2018
Transferências Financeiras para Execução Orçamentária		
Transf. Finan. Recebidas para Execução Orçamentária	18.602.857	16.924.053
Transf. Finan. Recebidas do Tesouro Nacional (Cota)	9.301.429	8.462.027
Transf. Finan. Recebidas de unidades da PR (Sub-Repasse)	9.301.429	8.462.027
Transf. Finan. Concedidas para Execução Orçamentária	9.301.429	8.462.027
Transf. Finan. Concedidas para unidades da PR (Sub-Repasse)	9.301.429	8.462.027
Transf. Finan. Concedidas Independente da Execução Orçamentária		
Movimentações de Saldos Patrimoniais	799.673	1.133.571

Fonte: SIAFI

O valor de movimentação de Saldos Patrimoniais refere-se a valor arrecadado diretamente pelo Fundo Social, referente a Receita de Comercialização de Petróleo, de Gás Natural e de outros Hidrocarbonetos Fluidos da União destinada ao Fundo Social de acordo com o art. 49, inciso III da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 e art. 2, inciso III da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.

Transferências Intragovernamentais Recebidas

	Em Mil			
Transferências Financeiras Intragovernamentais Recebidas	2019	AV (%)	2018	AH (%)
Transf. Finan. Recebidas para Execução Orçamentária	22.256.242	95,5%	27.742.723	-19,8%
Transf. Finan. Recebidas do Tesouro Nacional (Cota)	11.079.534	49,8%	15.016.992	-26,2%
Transf. Finan. Recebidas de Outros Órgãos (Repasse)	6.455	0,0%	33.442	-80,7%
Transf. Finan. Recebidas de unidades da PR (Sub-Repasse)	11.165.361	50,2%	11.933.059	-6,4%
Devolução de Repasse e Sub-Repasse Não Utilizado	4.891	0,0%	759.229	-99,4%
Transf. Finan. Recebidas Independente da Execução Orçamentária	1.043.122	4,5%	1.159.113	-10,0%
Transf. Finan. Recebidas para Pagamento de RP	1.039.106	99,6%	1.148.641	-9,5%
Demais Transferências Financeiras Recebidas	824	0,1%	1.151	-28,4%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	620	0,1%	9.147	-93,2%
Movimentações de Variação Patrimoniais Aumentativa*	2.572	0,2%	173	1385,2%
Total	23.299.364		28.901.835	-19,4%

Fonte: SIAFI

*Não tem impacto no Balanço Financeiro

Mesmo desconsiderando as Transferências Financeiras Intragovernamentais relacionadas ao Fundo

Social – FS, observa-se uma predominância das transferências recebidas para execução orçamentária.

Em Mil

Transferências Financeiras Intragovernamentais Recebidas	2019	AV (%)	2018	AH (%)
Transf. Finan. Recebidas para Execução Orçamentária	3.653.385	77,8%	10.818.669	-66,2%
Transf. Finan. Recebidas do Tesouro Nacional (Cota)	1.778.106	48,7%	6.554.966	-72,9%
Transf. Finan. Recebidas de Outros Órgãos (Repasse)	6.455	0,2%	33.442	-80,7%
Transf. Finan. Recebidas de unidades da PR (Sub-Repasse)	1.863.933	51,0%	3.471.032	-46,3%
Devolução de Repasse e Sub-Repasse Não Utilizado	4.891	0,1%	759.229	-99,4%
Transf. Finan. Recebidas Independente da Execução Orçamentária	1.043.122	22,2%	1.159.113	-10,0%
Transf. Finan. Recebidas para Pagamento de RP	1.039.106	99,6%	1.148.641	-9,5%
Demais Transferências Financeiras Recebidas	824	0,1%	1.151	-28,4%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	620	0,1%	9.147	-93,2%
Movimentações de Variação Patrimoniais Aumentativa*	2.572	0,2%	173	1385,2%
Total	4.696.507		11.977.782	-60,8%

Fonte: SIAFI *Não tem impacto no Balanço Financeiro

Transferências Intragovernamentais Concedidas

As Transferências Intragovernamentais Concedidas estão concentradas nas Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária (87,1%), sendo 94,9% deste valor referente a Sub-Repasse, que é a distribuição dos recursos recebidos para as unidades gestoras realizarem os pagamentos relativos a execução orçamentária.

Em Mil

Transferências Financeiras Concedidas	2019	AV (%)	2018	AH (%)
Transf. Finan. Concedidas para Execução Orçamentária	11.768.467	87,1%	18.129.111	-35,1%
Transf. Finan. Concedidas para Outros Órgãos (Repasse)	595.493	5,1%	4.676.653	-87,3%
Transf. Finan. Concedidas para unidades da PR (Sub-Repasse)	11.165.519	94,9%	12.657.114	-11,8%
Cota e Sub-Repasse Devolvido	7.455	0,1%	795.344	-99,1%
Transf. Finan. Concedidas Independente da Execução Orçamentária	1.750.625	12,9%	2.106.491	-16,9%
Transf. Finan. Concedidas para Pagamento de RP	903.451	51,6%	963.171	-6,2%
Demais Transferências Finan. Concedidas	12.190	0,7%	2.946	313,8%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	802.798	45,9%	1.139.046	-29,5%
Movimentações de Variação Patrimoniais Diminutiva*	32.187	1,8%	1.328	2323,1%
Total	13.519.092		20.235.602	-33,2%

Fonte: SIAFI

*Não tem impacto no Balanço Financeiro

Desconsiderando as Transferências Financeiras Intragovernamentais concedidas relacionadas ao Fundo Social – FS, observa-se ainda a predominância das transferências para Execução Orçamentária (72,2%) por meio de Sub-Repasse (75,6%).

Em Mil

Transferências Financeiras Concedidas	2019	AV (%)	2018	AH (%)
Transf. Finan. Concedidas para Execução Orçamentária	2.467.038	72,2%	9.667.084	-74,5%
Transf. Finan. Concedidas para Outros Órgãos (Repasse)	595.493	24,1%	4.676.653	-87,3%
Transf. Finan. Concedidas para unidades da PR (Sub-Repasse)	1.864.091	75,6%	4.195.087	-55,6%
Cota e Sub-Repasse Devolvido	7.455	0,3%	795.344	-99,1%
Transf. Finan. Concedidas Independente da Execução Orçamentária	950.952	27,8%	972.919	-2,3%
Transf. Finan. Concedidas para Pagamento de RP	903.451	95,0%	963.171	-6,2%
Demais Transferências Finan. Concedidas	12.190	1,3%	2.946	313,8%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	3.125	0,3%	5.475	-42,9%
Movimentações de Variação Patrimoniais Diminutiva*	32.187	3,4%	1.328	2323,1%
Total	3.417.991		10.640.004	-67,9%

Fonte: SIAFI

*Não tem impacto no Balanço Financeiro

NOTA 09 – PESSOAL E ENCARGOS

A Variação Patrimonial Diminutiva de Pessoal e Encargos compreende as remunerações a pessoal, encargos patronais, benefícios e outras variações patrimoniais diminutivas, tais como indenizações e restituições trabalhistas.

Órgão/ Unidade	Em Mil			
	2019	AH (%)	2018	AV (%)
Remuneração a Pessoal	419.470	70,4%	355.974	17,8%
Encargos Patronais	63.207	10,6%	59.543	6,2%
Benefícios a Pessoal	26.970	4,5%	27.137	-0,6%
Outras VPD - Pessoal e Encargos	86.259	14,5%	107.805	-20,0%
Total	595.906	100,0%	550.459	8,3%

Fonte: SIAFI

O Órgão 20101 – Presidência da República possui duas áreas de pessoal independentes, sendo uma na Unidade Gestora Executora 110001 - Secretaria Especial de Administração/PR e outra na Unidade Gestora Executora 110120 - Agência Brasileira de Inteligência.

Órgão/ Unidade	Em Mil			
	2019	AH (%)	2018	AV (%)
110001 - Secretaria Especial de Administração/PR	225.342	37,8%	248.057	-9,2%
110120 - Agência Brasileira de Inteligência	370.564	62,2%	302.402	22,5%
Total	595.906	94,6%	550.459	8,3%

Fonte: SIAFI

A Unidade Gestora Executora 110001 - Secretaria Especial de Administração/PR concentra a gestão de pessoas da administração direta dos órgãos integrantes da Presidência da República (Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria-Geral, Gabinete Pessoal do Presidente da República, Gabinete de Segurança Institucional, e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais).

NOTA 10 – RECEITAS CORRENTES

O Balanço Orçamentário apresenta insuficiência de arrecadação, pois a Receita Patrimonial de Exploração de Recursos Naturais não é arrecadada pelo Fundo Social – FS. Esta receita é proveniente de *royalties* da produção de petróleo e destinada à constituição do Fundo Social – FS, conforme previsto no art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Também constitui o Fundo Social – FS, a remuneração dos depósitos bancários do Fundo como Receita Patrimonial de Valores Mobiliários e a Receita Industrial advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme previsto no art. 46 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

No caso da Receita Patrimonial de Valores Mobiliários e da Receita Industrial, os recursos são arrecadados diretamente no Fundo Social e, portanto, a receita realizada fica registrada no Balanço Orçamentário da Presidência.

As receitas correntes são quase integralmente do Fundo Social.

Receita Corrente – Fundo Social

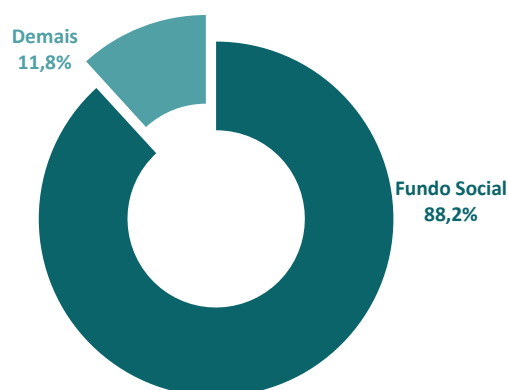
Receita Realizada	Em Mil			
	2019	AV (%)	2018	AH (%)
Receita Patrimonial	2.423.207	75,2%	1.601.100	51,3%
Receita Industrial	799.673	24,8%	1.133.571	-29,5%
Total	3.222.880	100,0%	2.734.672	17,9%

Fonte: SIAFI

A Receita Patrimonial de Valores Mobiliários realizada na Presidência refere-se à remuneração dos

depósitos bancários do Fundo Social e acompanha o aumento do montante aplicado.

NOTA 11 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS



O Fundo Social representa 88,2% da dotação atualizada, no entanto, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que criou o Fundo, em seu art. 52 determinou que a “política de investimentos do FS será definida pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social – CGFFS”.

A Lei ainda estabelece, no §1º do art. 52, que a composição e funcionamento do CGFFS serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Até o momento, o Fundo Social não foi regulamentado e o Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social – CGFFS não foi constituído, impossibilitando, assim, a utilização dos recursos em suas finalidades e objetivos.

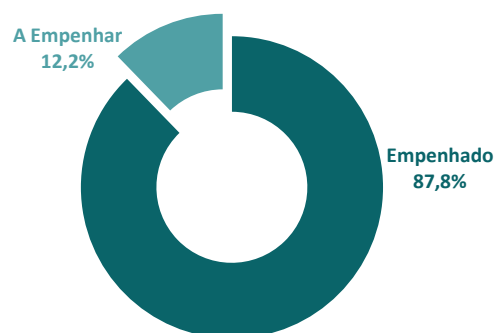
Em Mil

Dotação Atualizada	Total	Fundo Social	Demais
Despesas Correntes	1.405.339	500	1.404.839
Pessoal e Encargos Sociais	852.484	0	852.484
Outras Despesas Correntes	552.855	500	552.355
Despesas de Capital	11.363.010	11.262.298	100.712
Investimentos	41.111	0	41.111
Inversões Financeiras	11.321.898	11.262.298	59600,169
Total	12.768.349	11.262.798	1.505.550

Fonte: SIAFI

Desconsiderando a dotação a relativa ao Fundo Social, tem-se uma redução de cerca de R\$ 11,2 milhões no valor da dotação atualizada.

Considerando o valor de Dotação Atualizada sem o Fundo Social, o Balanço Orçamentário apresenta economia na execução da despesa, embora o total empenhado seja 87,8% da dotação atualizada.

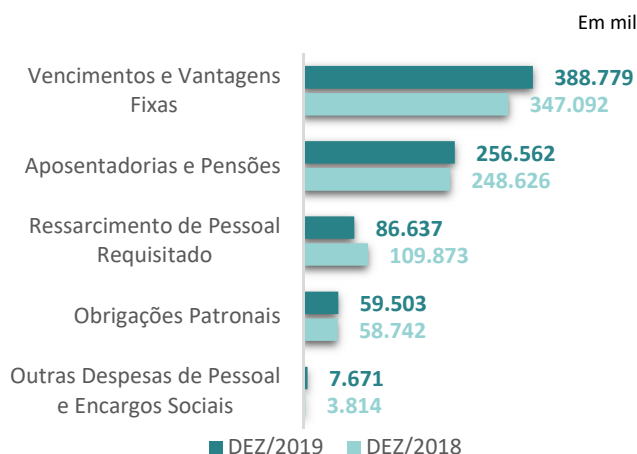


Da despesa executada na PR, 97,3% refere-se a Despesas Correntes, sendo 62,2% deste valor de Pessoal e Encargos.

Em Mil

Despesa Empenhada	2019	AV (%)	2018	AH (%)
Despesas Correntes	1.285.596	97,3%	1.330.695	-3,4%
Pessoal e Encargos Sociais	799.151	62,2%	768.146	4,0%
Outras Despesas Correntes	486.445	37,8%	562.549	-13,5%
Despesas de Capital	35.693	2,7%	46.170	-22,7%
Investimentos	35.693	100,0%	46.170	-22,7%
Total	1.321.289		1.376.865	-4,0%

Fonte: SIAFI

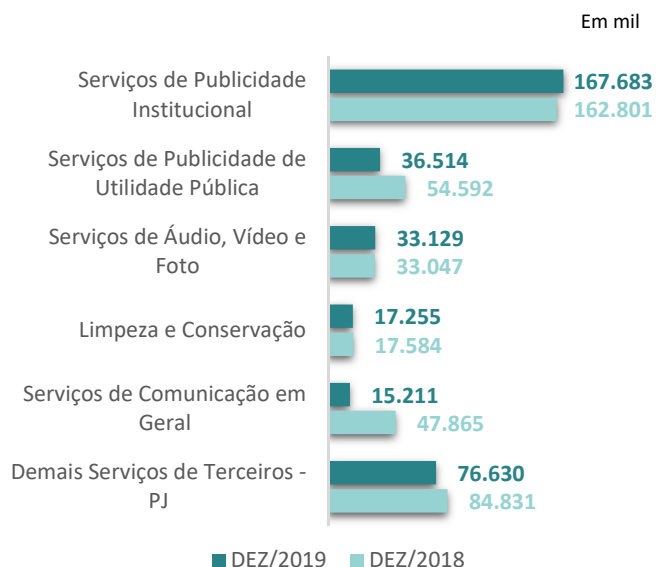


Das despesas de Pessoal e Encargos Sociais, três das quatro maiores despesas estão relacionadas a Pessoal Ativo e somam 66,9% desta categoria de despesa, sendo 48,6% de Vencimentos e Vantagens Fixas, 10,8% de Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado e 7,4% de Obrigações Patronais.

Em 2019, houve uma redução de 21,1% nas despesas relativas a Ressarcimento de Pessoal Requisitado e um aumento de 12,0% no valor de Vencimentos e Vantagens Fixas.

Essa alteração na composição do grupo Pessoal e Encargos representa 59,5% da variação total ocorrida neste grupo de despesa. Aposentadorias e Pensões (32,1% de Pessoal e Encargos Sociais) apresentou aumento de 3,2% em relação a 2018.

Dos R\$ 486,4 milhões de Outras Despesas Correntes, R\$ 346,4 milhões (71,2%) referem-se a Serviços de Terceiros prestados por Pessoa Jurídica.



Dos Serviços de Terceiros prestados por Pessoa Jurídica, quatro das cinco maiores despesas estão relacionadas a Publicidade e Comunicação em Geral e somam 72,9% desta categoria de despesa, sendo 48,4% de Serviços de Publicidade Institucional, 10,5% de Serviços de Publicidade de Utilidade Pública, 9,6% de Serviços de Áudio, Vídeo e Foto e 4,4% de Serviços de Comunicação em Geral.

Esse grupo de despesas com relacionadas a Publicidade e Comunicação em Geral apresentou uma redução de 15,3% em relação ao ano anterior.

Em síntese, desconsiderando o Fundo Social, a execução da Presidência da República demonstra que embora, ocorra economia na execução da despesa, esta é realizada predominantemente no exercício.

Em Mil

Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Despesas Pagas	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%
Despesas Correntes	1.404.839	1.285.596	91,5%	1.084.195	84,3%	1.030.114	95,0%
Pessoal e Encargos Sociais	852.484	799.151	93,7%	782.383	97,9%	730.650	93,4%
Outras Despesas Correntes	552.355	486.445	88,1%	301.811	62,0%	299.464	99,2%
Despesas de Capital	100.712	35.693	35,4%	4.997	14,0%	4.995	100,0%
Investimentos	41.111	35.693	86,8%	4.997	14,0%	4.995	100,0%
Inversões Financeiras	59.600	-	0,0%	-	-	-	-
Total	1.505.550	1.321.289	87,8%	1.089.192	82,4%	1.035.109	95,0%

Fonte: SIAFI

Obs.: Despesas Empenhadas (%) em relação à Dotação Atualizada, Despesas Liquidadas (%) em relação à Despesas Empenhadas e Despesas Pagas (%) em relação à Despesas Liquidadas.

NOTA 12 – RESTOS A PAGAR

Em relação aos Restos a Pagar, o montante reduziu 89,5%, sendo que cerca de 87,5% do saldo de Restos a Pagar refere-se a Restos a Pagar Não Processados.

Restos a Pagar	Inscritos	AH (%)	Saldo Final	Em Mil
				AH (%)
Não Processados	361.003	87,5%	42.597	-88,2%
Processados	51.609	12,5%	595	-98,8%
Total	412.612	100,0%	43.192	-89,5%

Fonte: SIAFI

NOTA 13 – INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DE RORAIMA

A Intervenção Federal no Estado de Roraima (Decreto nº 9.602, de 8 de dezembro de 2018) teve como objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública e teve vigência de 12 a 31 de dezembro de 2018.

A operacionalização da Intervenção Federal no Estado de Roraima foi realizada por meio da Ação OORG - Transferência de Recursos ao Estado de Roraima para Ações Decorrentes da Intervenção Federal (Decreto nº 9.602, de 08 de dezembro de 2018), cuja dotação é R\$ 225,7 Milhões. Este valor foi integralmente recebido por Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro Nacional (Cota) e transferidos para o estado de Roraima por Transferência Intergovernamental.

Os valores relativos à Unidade Gestora da Intervenção Federal no Estado de Roraima foram desconsiderados nos comparativos 2018/2019 por esta unidade ter sido criada em caráter temporário e não atenderem ao princípio da continuidade.

NOTA 14 – INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

A Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018) teve como objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública e teve vigência de 16 de fevereiro a 31 de dezembro de 2018.

A operacionalização da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro foi realizada por meio da Ação OOQS - Ações decorrentes da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro na Área de Segurança Pública (Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018).

Embora a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro tenha encerrado em 31 de dezembro de 2018, as atividades do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro serão concluídas até 1º de dezembro de 2020, conforme Decreto nº 10.192, de 27 de dezembro de 2019.

Os valores relativos à Unidade Gestora da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro foram desconsiderados nos comparativos 2018/2019 por esta unidade ter sido criada em caráter temporário e não atenderem ao princípio da continuidade.

NOTA 15 – OUTROS ITENS RELEVANTES**Siads - Sistema Integrado de Administração de Serviços**

A Presidência da República adotou, em 2019, o Siads como sistema de administração de bens patrimoniais tendo em vista que o sistema é uma solução, sob gestão da Secretaria do Tesouro

Nacional, que prevê a automação do registro contábil e o controle permanente de depreciação dos bens. No entanto, atualmente a solução não contempla as contas de Bens Inservíveis e Bens Não Localizados, o que gera um descompasso entre a informação do Relatórios de Bens Móveis gerados pelo Siads e contabilização realizada no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, no que tange aos bens móveis que se encontram nestas situações (inservíveis e não localizados).